

Nosso novo estudo **[“Transtorno do Espectro Autista \(TEA\) na Saúde Suplementar”](#)**, realizado em parceria com a clínica Genial Care, oferece uma análise robusta e atualizada sobre um tema que cresce em relevância: o atendimento a pessoas com TEA no sistema de saúde suplementar brasileiro. Em um cenário de crescente prevalência e demanda por serviços especializados, o estudo se propõe a mapear não apenas os desafios clínicos e operacionais, mas também a urgência de um modelo assistencial mais sustentável e baseado em evidências.

A partir da estimativa global de que uma em cada 36 crianças seja afetada pelo TEA, o relatório aponta que, no Brasil, o número de diagnósticos cresceu 37% entre 2014 e 2019. Contudo, a oferta de serviços especializados não acompanhou esse ritmo. As filas de espera aumentam e as famílias enfrentam dificuldades para garantir um tratamento adequado, o que tem impulsionado a judicialização da saúde suplementar.

Um dos pontos centrais do estudo é observar impactos da Resolução Normativa 539/2022 da ANS, que amplia a cobertura para qualquer técnica prescrita pelo médico assistente, independentemente de comprovação científica. Embora essa medida busque garantir o acesso, ela também abre espaço para práticas sem eficácia comprovada, gerando sobrecarga financeira e incerteza terapêutica.

O estudo reforça a importância das Práticas Baseadas em Evidências (PBEs). São 28 intervenções reconhecidas por sua eficácia, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e estratégias educacionais individualizadas. A personalização do atendimento, aliás, é outro ponto destacado: mais horas de terapia não significam, necessariamente, melhores resultados. O cuidado deve ser centrado nas necessidades específicas da criança e na realidade da família.

A pesquisa também chama atenção para a escassez de profissionais capacitados, especialmente terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. O desequilíbrio na formação acadêmica e a falta de regulamentação mínima para atuação com TEA comprometem a qualidade do cuidado e exigem investimento contínuo em formação técnica e certificações.

Por fim, o estudo propõe soluções inovadoras, como o uso de tecnologias para diagnóstico precoce, monitoramento terapêutico e até realidade virtual para treino de habilidades sociais. Ainda que promissoras, essas ferramentas precisam estar integradas a um ecossistema regulado, ético e centrado no bem-estar da pessoa autista.

Ao reunir dados, análises e recomendações técnicas, o estudo não apenas amplia o conhecimento sobre o TEA, como também propõe caminhos mais eficientes e humanos para sua abordagem. Trata-se de uma contribuição essencial para aprimorar políticas públicas, qualificar o debate regulatório e, sobretudo, garantir um cuidado mais justo, responsável e baseado na ciência.

[Clique aqui e acesse](#) a íntegra do estudo.

Fonte: [IESS](#), em 11.04.2025.